

Embates e diálogos na preservação patrimonial da Área Central do Rio de Janeiro (1938-1964)

Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos

Guilherme MEIRELLES MESQUITA DE MATTOS é Doutor em Urbanismo; Pós-Doutorando no PPGAU-UFF; guilhermemesquita@id.uff.br

Resumo

O campo de disputas entre a preservação patrimonial e a renovação urbana tem na Cidade do Rio de Janeiro um excepcional laboratório de estudos. Capital nacional entre os anos de 1763 e 1960, sua Área Urbana Central destaca-se pela sua riqueza e pluralidade arquitetônica, sendo constituída a partir de fragmentos heterogêneos de diversas propostas urbanísticas em sua história. Neste trabalho, focamos nos embates e diálogos entre as ações de proteção patrimonial do SPHAN e os anseios transformadores da Prefeitura do Distrito Federal na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 1938 e 1964, tomando a Av. Presidente Vargas como eixo condutor da análise que procura explicitar os efeitos desses conflitos no seu tecido urbano.

Palavras-chave: patrimônio, história urbana, Rio de Janeiro, Av. Presidente Vargas.

Abstract

The field of disputes between heritage conservation and urban renewal has an exceptional laboratory for studies in the city of Rio de Janeiro. National capital between the years of 1763 and 1960, its urban city center stands out for its architectural richness and diversity, made up of heterogenous fragments of the many urban projects in its history. In this paper, we focus on the conflicts and dialogues amid the heritage protection initiatives of SPHAN and the Federal District Municipal Government's yearning for transformation in Rio de Janeiro's city center, between the years of 1938 and 1964, using Presidente Vargas Avenue as a common thread of analysis that seeks to highlight the effects that these conflicts have in its urban fabric.

Keywords: heritage, urban history, Rio de Janeiro, Presidente Vargas Avenue.

Resumen

El campo de disputa entre la preservación del patrimonio y la renovación urbana tiene en Río de Janeiro un laboratorio de estudio excepcional. Capital nacional entre los años 1763 y 1960, su Área Urbana Central destaca por su riqueza y pluralidad arquitectónica, formándose a partir de fragmentos heterogéneos de diversas propuestas urbanísticas en su historia. En este artículo, nos enfocamos en los enfrentamientos y diálogos entre las acciones de protección patrimonial de SPHAN y las aspiraciones transformadoras del Ayuntamiento del Distrito Federal en el Área Central de Río de Janeiro, entre 1938 y 1964, tomando a Av. Presidente Vargas como su eje conductor del análisis que intenta explicar los efectos de estos conflictos en su tejido urbano.

Palabras-clave: patrimonio, historia urbana, Rio de Janeiro, Avenida Presidente Vargas.

MEIRELLES MESQUITA DE MATTOS, Guilherme. Embates e diálogos na preservação patrimonial da Área Central do Rio de Janeiro (1938-1964). *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 46-60, dez. 2021

data de submissão: 08/07/2021

data de aceite: 23/08/2021



Introdução

O campo de disputas entre a preservação patrimonial e a renovação urbana tem na Cidade do Rio de Janeiro um excepcional laboratório de estudos. Capital nacional entre os anos de 1763 e 1960, sua Área Central comporta além do seu núcleo histórico, um centro de negócios que foi alvo, ao longo dos últimos dois séculos, dos anseios transformadores compartilhados pelos grupos políticos em posição de poder e dos empreendedores imobiliários. Seu tecido urbano, por sua vez, destaca-se pela riqueza e pluralidade arquitetônica, sendo constituído a partir de fragmentos heterogêneos de diversas propostas urbanísticas ao longo dos seus quase 500 anos de história. Dentre estes fragmentos encontra-se a Avenida Presidente Vargas, cujo projeto, de 1938, é concomitante ao início da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (atual IPHAN, Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na proteção de bens edificados notáveis, não só na cidade do Rio de Janeiro, como em todo o território brasileiro.

Apesar de coetâneos, estes projetos traziam consigo duas visões de futuro distintas para a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro. De um lado, protegiam-se, com tombamento, os vestígios edificados monumentais da sua história urbana. De outro, previa-se a abertura de um grande eixo viário que colocava em ameaça alguns destes imóveis, recém tombados pelo órgão de salvaguarda. Neste artigo,¹ focamos os embates e diálogos entre o SPHAN e a Prefeitura do Distrito Federal, entre os anos 1938 e 1964, na Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, tomando o entorno da Av. Presidente Vargas como eixo condutor da análise que procura explicitar os efeitos dessas disputas no seu tecido urbano.

¹ Este trabalho é resultado da tese de doutorado “Leituras de um passado, desenhos de um futuro: A preservação do patrimônio cultural edificado na Área Central do Rio de Janeiro”, defendida em novembro de 2018, no PROURB-UFRJ.

Essa análise tem por objetivo destacar o papel do patrimônio cultural edificado, e das iniciativas de preservação, na estruturação da forma urbana da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, reconhecendo a importância da dimensão histórica na compreensão da sua conjuntura contemporânea. Para tal, partimos de uma abordagem que incorpora contribuições do campo da morfologia urbana, tais como apresentados por Kostof (1991, p. 11-13) no referente às duas categorias de processos que incidem na cidade, e sua transformação na história. A primeira estaria relacionada às “pessoas, forças e instituições que produzem a forma urbana”, no qual incluem-se os arquitetos-urbanistas, planejadores urbanos, e o aparelho estatal como os órgãos de tutela patrimonial. A segunda cate-

goria seria precisamente a mudança física das cidades através do tempo, e suas configurações resultantes. Logo, pretendemos neste artigo articular os embates entre as forças que produziam e preservavam a cidade no recorte temporal referido anteriormente, aos resultados físicos das suas decisões que cumulativamente estruturaram a forma urbana da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro na contemporaneidade.

Antecedentes da Preservação

Falar do patrimônio da Área Central da Cidade do Rio de Janeiro, e do início da sua institucionalização pelo órgão de tutela federal, o então SPHAN na década de 1930, seria impossível sem recorrer às transformações urbanísticas e produções arquitetônicas que precederam a iniciativa.

Em 1808, época da instalação da corte portuguesa na cidade, o Rio de Janeiro contava com um modesto núcleo urbano no qual destrinchavam-se vias estreitas, com lotes de exíguas testadas ocupados por casas predominantemente térreas, crescendo em direção a área do atual Campo de Santana. Para além do Campo de Santana, já no período imperial, a área do Mangal de São Diogo seria drenada por iniciativa do empreendedor Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá. Em meio aos eixos dos prolongamentos das ruas do Sabão e de São Pedro surge então o Canal do Mangue, e nas décadas seguintes os terrenos conquistados dão forma ao Aterrado da Cidade Nova.

Os novos ideais da República, proclamada em 1889, encontraram suas materializações na sua cidade capital. A elite republicana, associada à oligarquia cafeeira que dominava a economia brasileira do período, elegeu em 1902 Rodrigues Alves à presidência da República. Este nomeou o engenheiro Pereira Passos como prefeito do Distrito Federal. Durante quatro produtivos anos, o Governo e o Distrito Federal realizaram uma série de reformas de melhoramentos urbanos visando o aformoseamento da cidade: uma máscara que buscava ocultar as problemáticas urbanas da capital, entre elas questões de saneamento e adensamento da Área Central.

No final da década de 1920, coube ao urbanista francês Alfred Agache realizar um novo plano urbanístico para a cidade, que contemplou em especial a composição urbana da Área Central. Nas proximidades da Igreja da Candelária, Agache propôs a substituição dos antigos sobrados de matriz colonial por novos quarteirões de edifícios verticalizados, destinados ao

uso bancário. A Igreja com dimensões monumentais, encrustada no denso tecido de vias estreitas, ganharia posição de destaque no eixo proposto para a Avenida do Mangue (Figura 01). Esta correria pelo trajeto das ruas General Câmara e de São Pedro, removendo a sequência de quarteirões contida entre as duas vias para dar lugar a sua caixa de rolamento.

O plano foi arquivado na administração de Pedro Ernesto, em decorrência da Revolução de 1930, que pôs fim a política da Primeira República e a influência da oligarquia cafeeira. Mas suas propostas são retomadas durante o Estado Novo, no governo autoritário de Getúlio Vargas. Na interventoria municipal de Henrique Dodsworth (1937-1945) foi estabelecido o Serviço Técnico do Plano da Cidade, formado por arquitetos

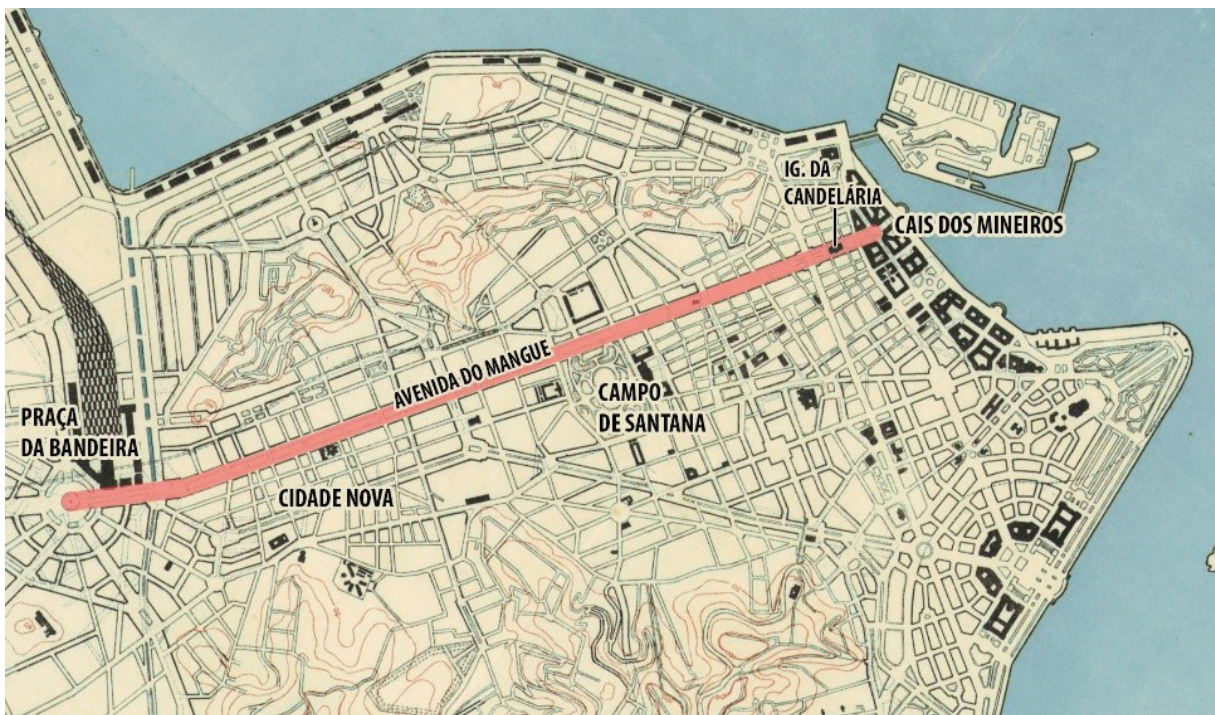


Figura 1
Plano Agache: Planta de Remodelação, 1930.
(modificada pelo autor)

Fonte da base: AGACHE, A. H. D. Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação e Embellezamento. Paris: Editora Foyer Brésilien, 1930. (Plancha Anexa, sem numeração)

e engenheiros do quadro de funcionários da prefeitura, com objetivo de revisar as propostas do urbanista francês para cidade. Um dos projetos recuperados pela equipe seria o da Avenida do Mangue, que daria forma a atual Av. Presidente Vargas, cuja abertura e embates com o SPHAN são alvo de nossa discussão.

Os tombamentos do SPHAN e o projeto da Av. Presidente Vargas

O ano de 1938 representa um momento de contradições para a cidade do Rio de Janeiro. Enquanto propostas de renovação urbanística são retomadas pelos órgãos técnicos da Prefeitura do Distrito Federal, o serviço de salvaguarda federal - SPHAN, cujas atividades se iniciaram nos anos anteriores, finalmente atribui valor patrimonial legal a uma série de bens edificados em todo o território brasileiro, tendo na então capital federal a sua maior concentração (88 dentre os 293 bens nacionais). Munidos do instrumento do tombamento, os agentes de tutela protegeram prioritariamente imóveis de arquitetura religiosa, com linguagem colonial e estilo barroco. Dos 88 bens tombados na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 1938, 43 estavam localizados na sua Área Central. Nessa primeira leva de tombamentos, foram protegidos bens como a Igreja da Candelária, o Paço Imperial, e edifícios do século XIX em estilo neoclássico, como a Praça do Comércio, a Casa da Moeda, e o Palácio do Itamaraty. Figuram-se também os conjuntos paisagísticos, como: o Passeio Público; os Jardins do Valongo, e seu conjunto arquitetônico; e o Campo de Santana.

Essas ações de preservação passariam por momentos turbulentos quando confrontadas com os afãs transformadores da Prefeitura e do Governo Federal em imprimir as marcas do regime autoritário do Estado Novo na forma urbana carioca. Na XI Feira Internacional de Amostras, realizada meses após as homologações dos primeiros tombamentos do SPHAN², as propostas urbanísticas apresentadas pelo "Serviço Técnico" desconsideravam as proteções do órgão de tutela, como no projeto apresentado em maquete (Figura 02) para a Avenida do Mangue.

Com mais de 80 metros de largura, e quatro quilômetros de extensão, a avenida teria seu início no Cais dos Mineiros, próximo à Igreja da Candelária, integrada ao projeto no meio da caixa de rolamento da via. No seu eixo seriam arrasados os quarteirões entre as ruas General Câmara e São Pedro, até a Praça Onze de Junho, que seria igualmente demolida e substituída por um grande obelisco. Com relação às propostas arquitetônicas, os quarteirões adjacentes à nova avenida dariam lugar a lotes urbanizados: o trecho entre o Cais dos Mineiros e o Campo de Santana seguiria o padrão agachiano das quadras fechadas, com vazios internos, e galerias de pedestres contornado o térreo das fachadas; no trecho seguinte, até o seu fim nas proximidades da Praça da Bandeira, a implantação

² As homologações de tombamento desses primeiros bens protegidos pelo SPHAN na cidade do Rio de Janeiro foram realizadas entre os meses de março e julho de 1938, antecedendo, portanto, o PAA nº 3022 e a XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro.

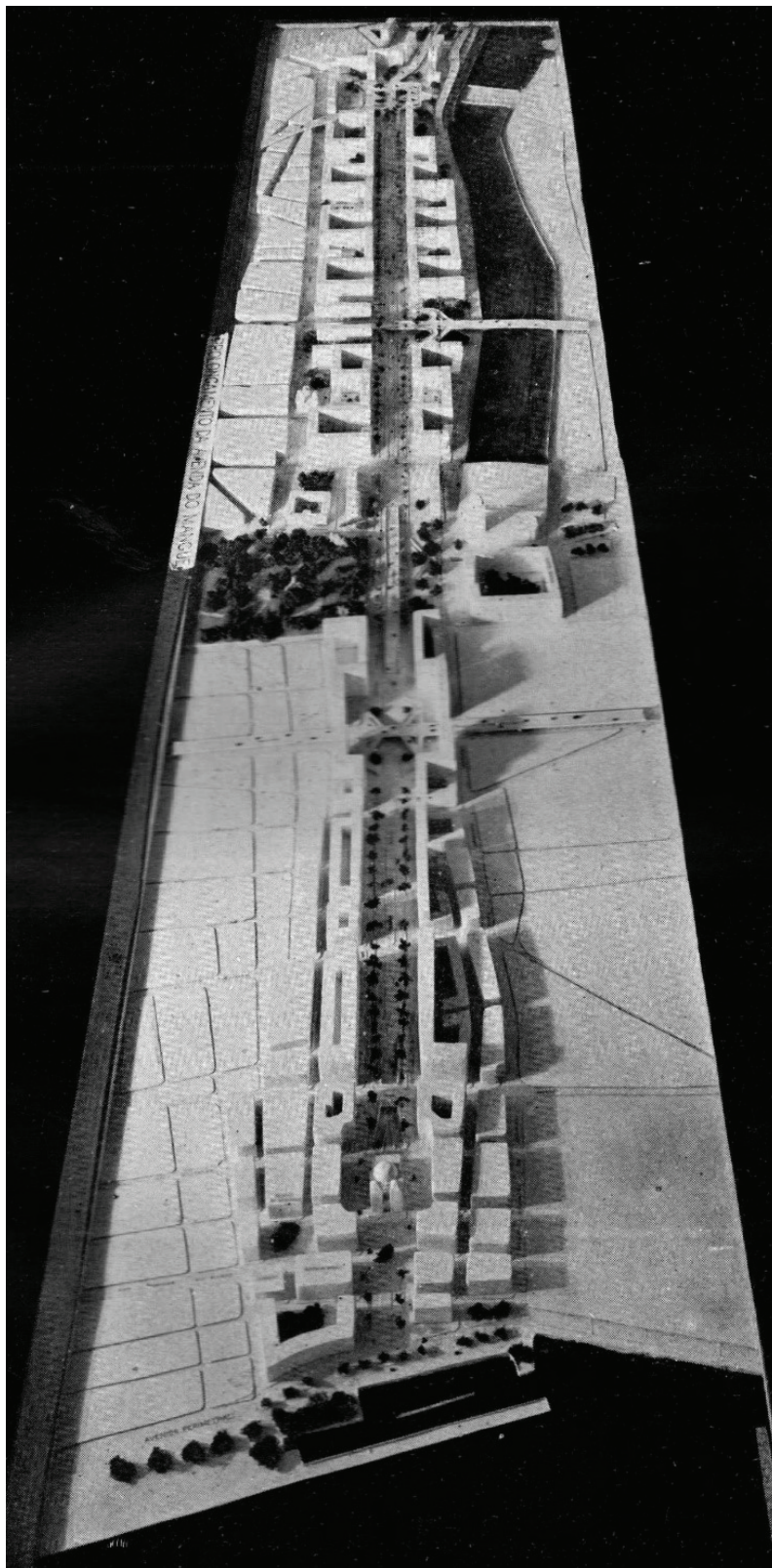


Figura 2
 Maquete do projeto da Avenida do Mangue apresentada no “stand” da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, em 1938
 Fonte: Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro, nº 6, volume V, novembro, 1938, p. 27

dos edifícios teriam semelhanças com as propostas do urbanismo modernista e com quarteirões em *redent*.

O presidente Getúlio Vargas, ao ver a maquete para a avenida, supostamente teria dito a seguinte frase a Henrique Dodsworth: “Vamos fazê-la”. A proposta já estava desenhada no projeto de alinhamento³ (PAA) nº 3022, aprovado em setembro de 1938, representando o trecho da avenida que ia da Candelária ao Campo de Santana. Este último, um bem tombado, seria parcialmente arrasado com a abertura da avenida, mas ainda manteria a maior parte do seu desenho, fruto da reforma empreendida pelo paisagista francês Glaziou. O mesmo não poderia ser dito das duas igrejas recém-tombadas nos quarteirões entre as ruas General Câmara e de São Pedro: as Igrejas de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário. A primeira, um símbolo da arquitetura barroca colonial, com planta elíptica e fachada curva, seria o pomo da discórdia no embate entre o SPHAN e a prefeitura nos anos seguintes. Outros imóveis relevantes também seriam arruinados, como: o Palácio da Prefeitura com projeto de Pereira Passos; a Igreja de São Domingos, no largo de mesmo nome; e o edifício neoclássico da Escola Benjamin Constant. E no rastro da destruição, também estava prevista a demolição da Praça do Comércio de Grandjean de Montigny, para dar lugar aos canteiros ajardinados da ligação da avenida com outro eixo viário - a via elevada da Perimetral. Já a Igreja da Candelária, outrora rodeada por pequenos sobrados, via-se protegida, e livre de interferências e circundada pela área que hoje ganha o nome de Praça Pio X.

Conforme pranchas anexas ao decreto que aprovou o PAA nº 3481/PAL nº 5972 de 1940, todos os quarteirões da avenida seriam originalmente revestidos por uma cortina de fachadas que atingiam 15 pavimentos (acrescidos de mais dois pavimentos recuados), com térreo e sobreloja ladeados por galeria de pedestres (Figura 03).

Este gabarito seria alterado nas revisões apresentadas nos projetos de alinhamento seguintes, atingindo 22 pavimentos com exceção do entorno da Candelária. Tal como apresentado nos PAA nº 3923/PAL nº 8837 e PAA nº 3924/PAL nº 8838 de 1944, referentes ao loteamento das quadras 5 e 6 do projeto de urbanização da avenida, o gabarito no entorno da Igreja da Candelária foi reduzido para 12 pavimentos, reforçando sua monumentalidade e garantindo a dominância vertical do bem tombado em relação ao conjunto edificado proposto.

³ O Projeto Aprovado de Alinhamento (PAA) é um instrumento urbanístico municipal que define o traçado dos logradouros, separando o espaço público das parcelas privadas ou de outros bens públicos. Já o Projeto Aprovado de Loteamento (PAL) é o instrumento que consiste no projeto de parcelamento da terra por meio de loteamento, ou de desmembramento e/ou remembramento dos de lotes já existentes.

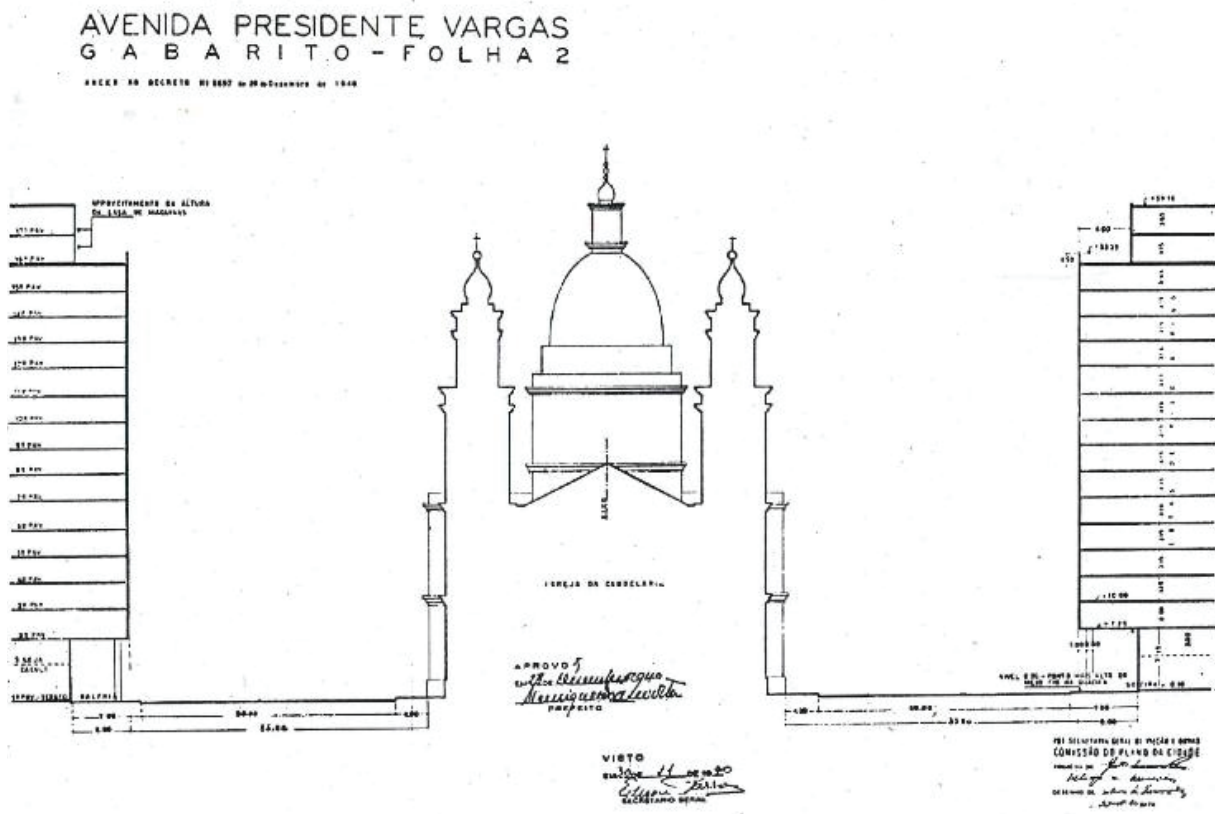


Figura 3
 Gabarito proposto no entorno da Igreja da Candelária, 1940.
 Prancha Anexa ao Decreto nº 6897 de 1940
 Fonte: Revista Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro, nº 6, volume VIII, novembro, 1941, p. 23

Essa sensibilidade ao patrimônio, contudo, não foi rebatida para as demais igrejas tombadas localizadas no eixo da avenida. No processo instaurado para a proteção da Igreja de São Pedro dos Clérigos documenta-se o debate pela preservação desses bens tombados, sugerindo o então diretor do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, a possibilidade de uma inflexão no caminho da avenida. Em estudo submetido por intermédio do engenheiro José de Oliveira Reis, chefe da Comissão do Plano da Cidade, à Edison Passos, Secretário Geral de Viação e Obras Pública da municipalidade, o SPHAN propõe que a nova avenida siga o eixo da Av. Marechal Floriano (Figura 04). No ofício enviado por Melo Franco de Andrade, em setembro de 1940, o diretor busca a proteção do Campo de Santana, cujo “traçado tradicional” seria alterado pela avenida, e aponta a preciosidade dos monumentos de arquitetura religiosa, cuja perda seria “um atentado irreparável ao patrimônio histórico-artístico da cidade” (IPHAN, 1938, fl. 07), com especial atenção à Igreja

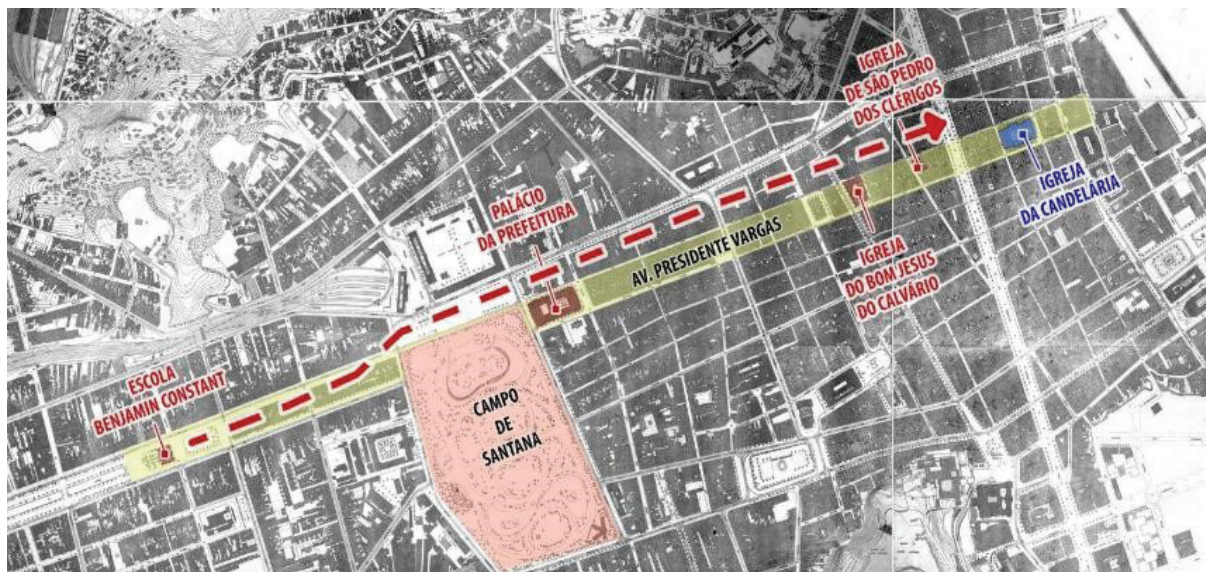


Figura 4

Mapa registrando o desvio do eixo da Avenida Presidente Vargas, proposto por Rodrigo Melo Franco de Andrade (modificado pelo autor)

Fonte da base: Prefeitura do Distrito Federal. Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1935. Folhas 10, 11, 21 e 22. Disponibilizada pelo Instituto Pereira Passos (IPP-RJ)

de São Pedro, obra de significação para a arquitetura nacional. No mês seguinte o Dr. Rodrigo envia ofício ao Ministro Capanema, pedindo que este pleiteie pelo SPHAN ao presidente Getúlio Vargas que as obras de execução da avenida não fossem autorizadas sem a prévia audiência do órgão.

Em 1941, Hermínio de Andrade e Silva, membro da Comissão do Plano da Cidade envia parecer para apreciação da Secretaria de Viação, com relação às solicitações do SPHAN. No referente às igrejas tombadas, a Comissão indica o valor secundário da Bom Jesus do Calvário, mas sugere que a de São Pedro dos Clérigos, com sua "planta de traçado curvelínio", seja reconstruída em outro local com suas principais características, e reprodução fiel de seus ornatos internos. A situação é menos favorável para o edifício neoclássico da Praça do Comércio, que não mereceria nem ser considerada, "por ter sido o projeto de Grandjean Montegnny [sic] alterado na sua essência por um arquiteto português, e constitui hoje apenas um velho casarão imprestável" (IPHAN, 1938, fl. 24). Edison Passos, em mensagem ao prefeito Dodsworth em maio de 1941, conclui que as propostas do SPHAN para reorientação do traçado da avenida, não apresentavam vantagem ordem técnica, urbanística ou econômica.

A luta de Rodrigo Melo Franco de Andrade persiste com novo ofício dirigido a Capanema, datado de se-

tembro de 1941, condenando as soluções previstas pela prefeitura de demolição total dos imóveis tombados e sua reconstrução em outros locais, pois não há “como comparar os monumentos (...) que são exemplares originais de excepcional importância artística e histórica, com a reprodução de suas formas e linhas arquitetônicas em construções nos nossos dias” (IPHAN, 1938, fl. 34). Suas tentativas, contudo, são sem sucesso, e Dodsworth encaminha à Vargas, em dezembro de 1942, um ofício solicitando cancelar do tombamento das igrejas de São Pedro e Bom Jesus, assim como do Campo de Santana, citando o exposto no Decreto-Lei nº 3866, de 29 de novembro de 1941, que estabeleceu a prática do destombamento. Resignado à situação, o diretor do SPHAN solicita ao Ministro Capanema que o presidente, ao decretar o cancelamento da proteção dos bens tombados, estabeleça “a obrigação assumida pela Prefeitura Municipal de executar a expensas suas as obras de reconstrução dos monumentos (...) sob o projeto e orientação” (IPHAN, 1938, fl. 42) do órgão de tutela.

Através de despacho presidencial, em 1943, Vargas cancela o tombamento das duas igrejas e do Campo de Santana, mas as alternativas de salvaguarda persistem. Agache, em entrevista de junho de 1943 à revista literária *Dom Casmurro* (Figura 05), apresenta um projeto de “avenida parque” que incorpora amplos canteiros ajardinados ao eixo da Presidente Vargas, no trecho entre a Av. Rio Branco e a Rua Uruguaiana, conservando na sua integralidade a Igreja de São Pedro dos Clérigos, e preservando a fachada e torre sineira da Igreja do Bom Jesus do Calvário. No mês seguinte, em reportagem do *Jornal Diário de Notícias*, discute-se o deslocamento integral das duas igrejas para as margens da Avenida, que seriam possíveis através do “transporte monolítico” sugerido pela empresa “Estacas Franki Ltd”. As ideias de Agache foram desconsideradas, e o alto custo do trabalho para deslocamento dos bens tombados inviabilizou a sugestão proposta pela Estacas Franki, sendo finalmente demolidas as igrejas no ano de 1944, data de inauguração da Avenida Presidente Vargas.

Ao longo da década de 1950, o impulso pela ocupação da Av. Presidente Vargas diminui com direcionamento dos investimentos imobiliários para o bairro de Copacabana. Da Rua da Uruguaiana até a Praça da Bandeira, o grande eixo viário encontrava-se ainda ladeado pelo casario tradicional dos pequenos sobrados, pontualmente rompido por arranha-céus com galerias de pedestres nas suas fachadas térreas, como no caso do conjunto de edifícios Paulo de Frontin, Maipu e Onze

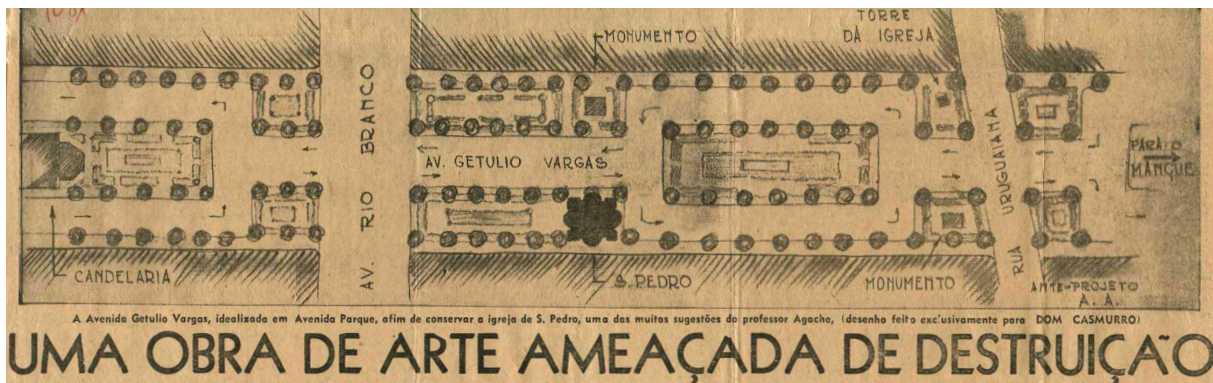


Figura 5

Propostas de Agache para preservação das igrejas de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário.

Fonte: DUARTE, Bandeira. Uma Obra de Arte Ameaçada de Destruição. In: Dom Casmurro. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1943, p. 1, apud IPHAN, Processo nº 0017-T-38. Tombamento da Igreja de São Pedro. Rio de Janeiro, 1938, fl. 62.

de Junho. O conjunto que popularmente ganhou o nome de “Balança-Mas-Não Cai” foi um dos poucos registros concretizados para a Presidente Vargas com o uso habitacional multi-familiar, em oposição ao uso comercial e bancário do trecho inicial nas proximidades da Candelária.

Década de 1950: o tombamento da Casa de Deodoro

É nas cercanias do “Balança-Mas-Não-Cai” que na década de 1950 a DPHAN (Diretoria do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, órgão sucessor do SPHAN entre os anos 1946 e 1970), realiza o tombamento de um imóvel que sobreviveu à destruição graças ao declínio de interesse pela construção na Avenida Presidente Vargas. De frente para o Campo de Santana, e ao lado do imóvel da Casa da Moeda (atual Arquivo Nacional), a Casa de Deodoro, sobrado colonial e histórica residência do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, estava ameaçado pela renovação prevista para a Quadra 17-A do PAA nº 7215/PAL nº 21892 de 1957 (Figura 06), que revisava as propostas dos projetos de alinhamento da década de 1940.

O imóvel de propriedade da União, e sob jurisdição do Ministério da Guerra, vinha desde 1941 sendo alvo de um processo de cessão para a Prefeitura do Distrito Federal, para que essa pudesse vender o lote para urbanização da área. O processo de transferência arrastou-se por mais de uma década, ganhando força

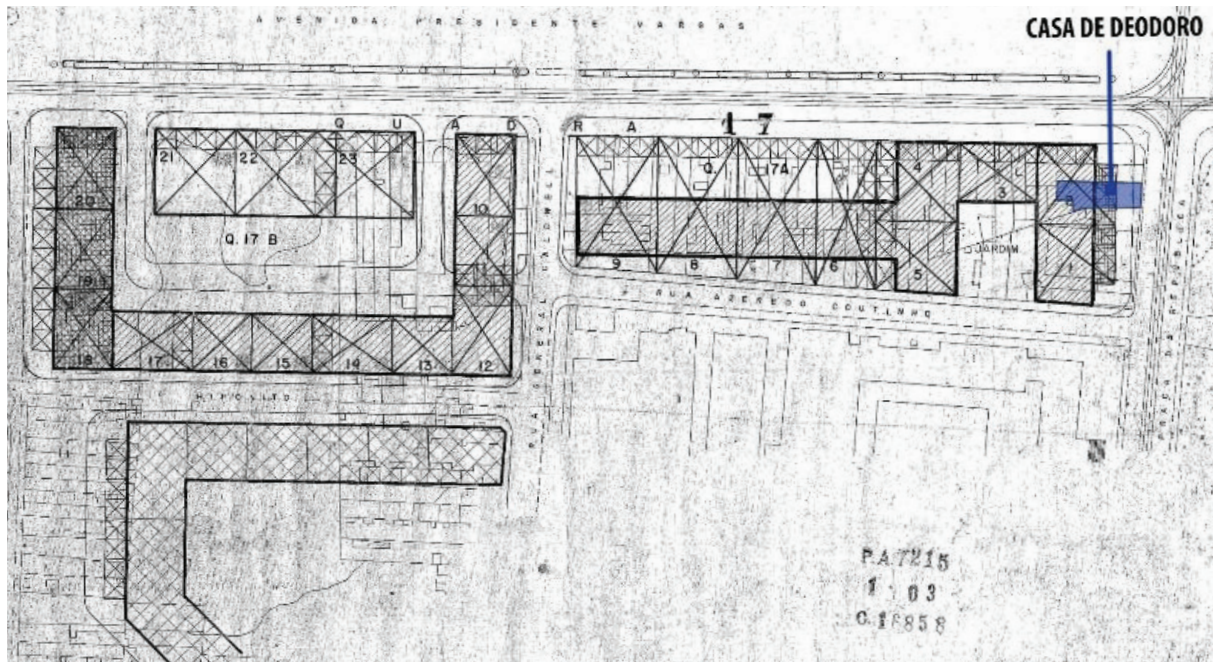


Figura 6
Parte do PAA nº 7215/PAL nº 21892 de 1957
(modificada pelo autor)

Fonte da base: Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal. PAA nº 7215 e PAL nº 21892, Avenida Presidente Vargas, Modificação Parcial dos PPAA 3653 e 13150, Folha 01. Disponível para consulta no acervo online da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

em 1956, com a Prefeitura mencionando em ofícios a necessidade da sua demolição imediata.

Em ofício do Diretor do Patrimônio do Exército, de maio de 1957, o processo de transferência é interrompido, sendo recusada a demolição do imóvel devido ao seu valor histórico. Seria deste sobrado que o Marechal Deodoro teria saído, “e assumindo o comando da tropa, selou com à sua presença a Proclamação da República”, tratando-se, portanto, de um imóvel atrelado a “fato marcante da história nacional, e mais ainda da história do Exército” (IPHAN, 1958, fl. 61). Foi com esse pretexto, que no ano seguinte, o Chefe do Gabinete do Ministério da Guerra envia ofício à DPHAN solicitando o tombamento voluntário do sobrado, unanimemente aprovado pelo Conselho Consultivo do órgão de tutela em junho de 1958.

A inscrição da Casa de Deodoro no Livro do Tombo Histórico teve impacto indireto no processo de urbanização da Av. Presidente Vargas. Embora seu tombamento não inviabilizasse a proposta geral de ocupação, ela interferiu pontualmente nos lotes previstos para a Quadra 17-A dos projetos de alinhamento vigentes

para área. Estes foram modificados para incorporar o imóvel, agora protegido das renovações, conforme registrado no PAA nº 8052 de 1963/PAL nº 24410 (Figura 07), prevendo uma praça arborizada⁴ no entorno do sobrado tombado - uma solução próxima das idealizações da Carta de Atenas do CIAM de 1933, que recomendava o isolamento dos monumentos históricos, tal como empregado com a Igreja de Candelária.

⁴ Conforme apresentam Motta & Thompson (2010, pp. 85-90), a proposta da praça arborizada foi questionada, e o SPHAN na década de 1980 recomendou a reconstrução da volumetria original do entorno da Casa de Deodoro, com objetivo recontextualizar historicamente o imóvel. Nenhuma das duas alternativas foi implementada, continuando o entorno do bem tombado a se configurar como um vazio urbano subutilizado de terrenos baldios apropriados por estacionamento.

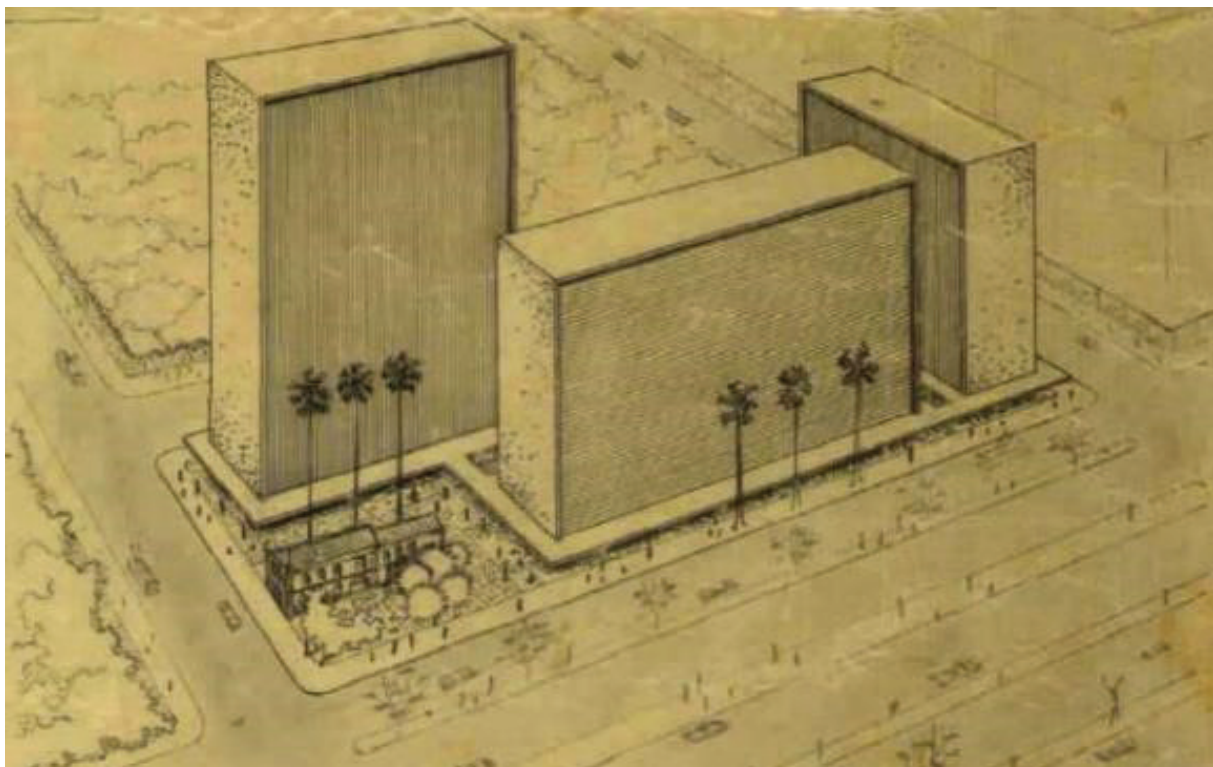


Figura 7
Parte do PAA nº 8052 / PAL nº 24410 de 1963

Fonte: Departamento de Urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal. PAA nº 8052 e PAL nº 24410 de 1963, Projeto de Urbanização da Quadra 17-A da Av. Presidente Vargas, Folha Única. Disponível para consulta no acervo online da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Década de 1960: novos rumos

Na década de 1960, uma nova conjuntura administrativa e política deu forma à cidade do Rio de Janeiro, que perdeu sua condição de capital, transferida para Brasília, sendo o antigo Distrito Federal reconfigurado no Estado da Guanabara. Tal como 1938 fora decisivo no projeto de futuro da cidade, igualmente seria o ano de 1964. Em âmbito nacional, o ano marca o início de uma mancha na democracia brasileira, com a defla-

gração do golpe do dia 31 de março, que instaurou no país o regime de ditadura militar que perduraria por duas décadas. No contexto local, o governador Carlos Lacerda contratou o escritório do arquiteto grego Constantino Doxiadis para realizar um novo plano diretor o Estado da Guanabara, em substituição às revisões malsucedidas do Plano Agache em fins da década de 1930.

No campo da preservação, o patrimônio tombado em esfera federal no Estado da Guanabara ganha um novo aliado no seu reconhecimento legal pelo aparato estatal, com o surgimento da DPHA, a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Educação e Cultura da Guanabara, precursor do atual INEPAC (Instituto do Estadual do Patrimônio Cultural). Com demandas diferenciadas da DPHAN, suas iniciativas juntamente ao órgão de esfera federal iriam mais uma vez contra os anseios renovadores, confirmando a relação dialética entre a preservação e a transformação que configura o rico tecido urbano da Área Central Carioca.

Considerações Finais

A Av. Presidente Vargas foi apenas umas das propostas que compôs a complexa trama de projetos urbanísticos previstos pela Prefeitura do Distrito Federal para a Área Central da cidade do Rio de Janeiro. Sua conjuntura atual é o resultado da articulação de seu projeto original com outras propostas renovadoras que a interceptavam, tais como as Avenidas Diagonal (1940) e Norte-Sul (1949), executadas de forma fragmentária e pontual, e produzidas com distintas, e muitas vezes divergentes, idealizações de futuro para a cidade.

Neste período estudado, as divergências entre as posições da Prefeitura do Distrito Federal e do antigo SPHAN ganharam um protagonismo na estruturação urbana da Área Central Carioca. Contudo, esses conflitos foram paulatinamente se convertendo em conciliações, culminando com o emprego do conceito da conservação integrada⁵ ao desenvolvimento urbano que permeou as discussões do campo do patrimônio cultural na década de 1970.

Tal quanto as proposições urbanísticas renovadoras, as ações de proteção patrimonial configuraram-se também como meios de projetar a cidade, que não se posicionam contra as transformações urbanísticas, mas reconhecem os vestígios do passado como um legado para gerações futuras. Este posicionamento está

⁵ Ver: Declaração de Amsterdã, de 1975. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>

explícito nos pleitos de Rodrigo Melo Franco de Andrade e sua sugestão pelo desvio do eixo da Av. Presidente Vargas, de modo a proteger os bens recém-tombados, sem inviabilizar a realização do projeto urbano proposto pela municipalidade.

Em igual medida, estas proposições renovadoras não são sem seu valor arquitetônico ou urbanístico – muitas destas inclusive resultaram em futuros patrimônios na cidade contemporânea, adquirindo significado histórico e cultural em sua sedimentação na configuração urbana ao longo do tempo. São legados da Av. Presidente Vargas: o Edifício da Estação D. Pedro II⁶, famosamente conhecida como Central do Brasil, com sua destacada torre de relógio, e o Edifício do Banco Boa-Vista, projeto de Oscar Niemeyer, com sua fachada envidraçada e térreo com fechamento curvilíneo de tijolos de vidros. Nos embates e diálogos do passado, e nos conflitos e convergências do presente, projeta-se e edifica-se a cidade para o futuro.

⁶ O atual edifício da Estação D. Pedro II teve construção iniciada em 1936, e foi integrado ao projeto da Av. do Mangue, conforme a maquete apresentada na XI Feira Internacional de Amostras de 1938. A conclusão das obras só ocorre após a abertura e inauguração da Av. Presidente Vargas.

Referências

AGACHE, A. H. D. *Cidade do Rio de Janeiro. Extensão, Remodelação e Embellezamento*. Paris: Editora Foyer Brésilien 1930.

DUARTE, Bandeira. Uma Obra de Arte Ameaçada de Destruição. *In: Dom Casmurro*. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1943.

IPHAN. *Processo nº 0017-T-38*. Tombamento da Igreja de São Pedro. Rio de Janeiro, RJ. 1938.

IPHAN. *Processo nº 0572-T-58*. Casa: República (Praça), 197. Onde residiu o Marechal Deodoro da Fonseca. Rio de Janeiro, RJ. 1958.

KOSTOF, Spiro. *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*. Londres: Thames & Hudson, 1991.

MATTOS, Guilherme Meirelles Mesquita de. *Leituras de um Passado, Desenhos de um Futuro: A Preservação do Patrimônio Cultural Edificado na Área Central do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PROURB-FAU-UFRJ, 2018.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*. Rio de Janeiro: COPEDOC/IPHAN, 2010.

REVISTA Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro, nº 6, volume V, novembro, 1938.

REVISTA Municipal de Engenharia. Rio de Janeiro, nº 6, volume VIII, novembro, 1941.